



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

DIÁRIO OFICIAL
MUNICIPAL DE DONA INÊS

Criado pela Lei Municipal nº. 22 de 13 de Janeiro de 1978

DOM nº 775, Ano 41, Pg. 01 de 10.04.2019.

ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR
EDITAL Nº 01/2019

Dispõe sobre o Processo Eleitoral do Conselho Tutelar, no município de Dona Inês-PB, e dá outras providências.

O (A) **Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)** do município de Dona Inês/PB, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 701/2019, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2023, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 02/2019**, do CMDCA deste município.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

- 1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, assim como pela Lei Municipal nº 701/2015 e Resolução nº 02/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dona Inês/PB, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;
- 1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município de Dona Inês/PB, em data de **06 de outubro de 2019**, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de **10 de janeiro de 2020**;
- 1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e dar ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2023, **torna público** o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DO CONSELHO TUTELAR:

- 2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes;
- 2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, parágrafo único, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 701/2019;
- 2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Dona Inês/PB visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes o colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;
- 2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

- 3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 19 da Lei Municipal nº 701/2015, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) reconhecida idoneidade moral;
 - b) idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;
 - c) residir no município há mais de 02 (dois) anos;
 - d) estar quites com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos;
 - e) estar quites com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);
 - f) não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;
 - g) possuir ensino médio completo, com certificado emitido por entidade de ensino devidamente regulada pelo MEC;
 - h) ter comprovada atuação de no mínimo 02 (dois) anos na área de atendimento, promoção e defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes;
 - i) não exercer mandato político;
 - j) não estar sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro deste País;
 - k) não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da Lei nº 8.069/90;
 - l) estar no pleno gozo de aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar.
- 3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

- 4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 37 da Lei Municipal nº 701/2015, para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão;
- 4.2. O valor do vencimento é de: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais);



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL DE DONA INÊS

Criado pela Lei Municipal nº. 22 de 13 de Janeiro de 1978

DOM nº 775, Ano 41, Pg. 02 de 10.04.2019.

4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar o servidor municipal, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos o retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art. 140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

5.2. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

5.3. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que:

a) tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Edital, uma Comissão Especial de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente Processo de Escolha;

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

a) analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;

b) receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

c) notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

d) decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

e) realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;

f) estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

g) analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

h) escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;

i) divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

j) notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

k) divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o **calendário** anexo ao presente Edital;

7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

a) inscrições e entrega de documentos;

b) relação de candidatos inscritos;

c) relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;

d) dia e local da realização da prova escrita;

e) resultado da Prova escrita junto com a relação definitiva dos candidatos considerados habilitados;

f) dia e locais de votação;

g) resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;

h) resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e

i) termo de posse.

8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso e formulário de inscrição, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dona Inês/PB, situado na Sala dos Conselhos, à Av. Major Augusto Bezerra, nº 601 – centro, nesta cidade, das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, entre os dias 01 a 31 de maio de 2019;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

DIÁRIO OFICIAL
MUNICIPAL DE DONA INÊS

Criado pela Lei Municipal nº. 22 de 13 de Janeiro de 1978

DOM nº 775, Ano 41, Pg. 03 de 10.04.2019.

8.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

- a)** documento de Identificação com foto;
- b)** título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- c)** comprovante de residência no próprio nome, com CEP;
- d)** certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;
- e)** em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;
- f)** cópia do Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Médio, ou curso Técnico equivalente;
- g)** comprovante de experiência na área da infância e juventude de, no mínimo, 02 anos.

8.4. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;

8.5. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contrafé;

8.6. Documentos digitalizados serão considerados válidos, desde que também apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;

8.7. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

8.8. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no período de 03 a 07 de junho de 2019, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação preliminar dos candidatos inscritos, no dia 10 de junho de 2019;

9.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 03 (três) dias, após a publicação referida no item anterior.

10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

10.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

10.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 03 (três) dias úteis, começando, a partir de então, a correr o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa;

10.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

10.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;

10.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de conhecimentos específicos, bem como a data e o local a ser realizada;

10.6. Para ser considerado aprovado (a), o (a) candidato (a) deverá ter a nota igual ou superior a 7,0.

10.7. Após a realização da prova, a Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 03 (dias) úteis para correção das respectivas avaliações, e após a publicação do resultado da prova escrita no Diário Oficial do município, os candidatos terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para a interposição de recursos.

10.8. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 03 (três) dias úteis para realizar a análise dos recursos e publicar a relação final dos candidatos aptos a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, com cópia ao Ministério Público;

10.9. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

10.10. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

11.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

11.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

11.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item **10.8** deste Edital;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL DE DONA INÊS

Criado pela Lei Municipal nº. 22 de 13 de Janeiro de 1978

DOM nº 775, Ano 41, Pg. 04 de 10.04.2019.

11.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral vigente e a Lei Municipal nº 701/2015, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

11.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

11.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar;

11.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

11.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

11.9. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisetas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

11.10. É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

11.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

11.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

12. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

12.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de Dona Inês/PB realizar-se-á no dia **06 de outubro de 2019**, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90, na Resolução nº 152/2012, do CONANDA e na Resolução nº 02/2019 do CMDCA;

12.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba;

12.3. Em caso de impossibilidade do item 12.2, a votação deverá ocorrer manualmente e as cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

12.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

12.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

12.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

12.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

12.8. O eleitor poderá votar em 01 (um) candidato;

12.9. No caso de votação manual, votos em mais um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

12.10. Será também considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) que tiver o sigilo violado.

12.11. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

12.12. Em caso de empate na votação, será considerado escolhido aquele que tiver comprovado, na documentação apresentada na oportunidade do pedido de registro de pré-candidatura, maior tempo de experiência no atendimento à infância e à juventude. Persistindo o empate, se dará preferência ao candidato mais velho, conforme o art. 32, §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 701/2015.

13. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

13.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

13.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a "boca de urna" e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL DE DONA INÊS

Criado pela Lei Municipal nº. 22 de 13 de Janeiro de 1978

DOM nº 775, Ano 41, Pg. 05 de 10.04.2019.

caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

13.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

13.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

14.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

15. DA POSSE:

15.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA e pelo Prefeito Constitucional local, no dia **10 de janeiro de 2020**, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 701/2015 e na Resolução nº 02/2019 do CMDCA;

15.2. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Dona Inês, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Ministério Público, Juizado da Infância e da Adolescência, do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 701/2015;

16.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

16.5. Cada candidato poderá credenciar junto à Comissão Especial Eleitoral, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

16.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

16.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

17. Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Dona Inês/PB, 10 de abril de 2019.

Elisete Domiciano Galvincto Montenegro de Vasconcelos
Presidente do CMDCA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

DIÁRIO OFICIAL

MUNICIPAL DE DONA INÊS

Criado pela Lei Municipal nº. 22 de 13 de Janeiro de 1978

DOM nº 775, Ano 41, Pg. 06 de 10.04.2019.

ANEXO I

Calendário Referente ao Edital nº 01/2019 do CMDCA

1. Publicação do Edital: 10/04/2019;
2. Inscrições na sede do CMDCA no período de 01/05/2019 a 31/05/2019, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 – local: Sala dos Conselhos, Av. Major Augusto Bezerra, nº 601- centro;
3. Análise dos Requerimentos de inscrições: de 03/06/2019 a 07/06/2019;
4. Publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrições deferida: 10/06/2019;
5. Prazo para recurso de 11/06/2019 a 13/06/2019;
6. Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral: de 14/06/2019 a 19/06/2019;
7. Divulgação do resultado dos recursos: 20/06/2019.
8. Publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética: 01/07/2019;
9. Prazo para impugnação de candidaturas de 02/07/2019 a 04/07/2019;
10. Análise dos recursos para impugnação das candidaturas: 10/07/2019;
11. Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista dos candidatos aptos a participar da prova de conhecimentos específicos: 10/07/2019;
12. Realização da prova de conhecimentos específicos: 12/07/2019;
13. Publicação do resultado da prova de conhecimentos específicos: 17/07/2019;
14. Prazo para interposição de recursos de 18/07/2019 a 19/07/2019;
15. Análise dos recursos: 22/07/2019;
16. Publicação da lista final dos candidatos com inscrições deferidas e homologação das candidaturas: 05/08/2019;
17. Início do prazo para realização da campanha eleitoral pelos candidatos: 05/08/2019;
18. Capacitação para os candidatos homologados: 06/08/2019;
19. Encerramento da campanha eleitoral: 04/10/2019;
20. Dia da votação: 06/10/2019;
21. Divulgação do resultado da votação: 07/10/2019;
22. Prazo para apresentação de recursos para impugnação do resultado da eleição de 08/10/2019 a 10/10/2019;
23. Julgamento dos recursos para impugnação ao resultado da eleição: 11/10/2019;
24. Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 14/10/2019;
25. Proclamação do resultado final da eleição: 15/10/2019;
26. Posse e diplomação dos eleitos: 10/01/2020.

Dona Inês/PB, 10 de abril de 2019.

Elisete Domiciano Galvincto Montenegro de Vasconcelos
Presidente do CMDCA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL DE DONA INÊS

Criado pela Lei Municipal nº. 22 de 13 de Janeiro de 1978

DOM nº 775, Ano 41, Pg. 07 de 10.04.2019.

ANEXOS

Anexo 1 - Modelo de Calendário

Calendário Referente ao Edital nº 01/2019 do CMDCA

Publicação do Edital	10/04/2019
Requerimento de inscrições na sede do CMDCA	de 01/05/2019 a 31/05/2019, das 07:00 às 17:00
Análise dos requerimentos de inscrições	de 03/06/2019 a 07/06/2019
Publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrições deferidas	10/06/2019
Prazo para recurso	de 11/06/2019 a 13/06/2019
Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral	de 14/06/2019 a 19/06/2019
Divulgação do resultado dos recursos	20/06/2019
Publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrições deferidas	01/07/2019
Prazo para impugnação de candidaturas	de 02/07/2019 a 04/07/2019
Análise dos recursos para impugnação de candidaturas	10/07/2019
Divulgação do resultado dos recursos	11/07/2019
Divulgação do local de realização da prova de conhecimentos específicos	11/07/2019
Prova de conhecimentos específicos	12/07/2019
Divulgação do resultado da prova de conhecimentos específicos	17/07/2019
Prazo para interposição de recursos	18/07/2019 e 19/07/2019
Análise dos recursos	22/07/2019
Publicação da lista final dos candidatos com inscrições deferidas e homologação das candidaturas	05/08/2019
Início do prazo para realização da campanha eleitoral pelos candidatos	05/08/2019
Capacitação para os candidatos homologados	06/08/2019
Divulgação dos locais e horários para votação	30/09/2019
Encerramento da campanha eleitoral	04/10/2019
Dia da votação	06/10/2019
Divulgação do resultado da votação	07/10/2019
Prazo para apresentação de recursos para impugnação do resultado da eleição	de 08/10/2019 a 10/10/2015
Julgamento dos recursos para impugnação ao resultado da eleição	11/10/2019
Resultado do julgamento dos recursos para impugnação ao resultado da eleição	14/10/2019
Resultado final da eleição	15/10/2019
Posse e diplomação dos Conselheiros Tutelares eleitos	10/01/2020

Dona Inês/PB, 10 de abril de 2019.

Elisete Domiciano Galvincto Montenegro de Vasconcelos
Presidente do CMDCA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

DIÁRIO OFICIAL

MUNICIPAL DE DONA INÊS

Criado pela Lei Municipal nº. 22 de 13 de Janeiro de 1978

DOM nº 775, Ano 41, Pg. 08 de 10.04.2019.

Anexo 2 - Modelo de Requerimento de Inscrição

Ilma Sra.
Eliséte Domiciano Galvínio Montenegro de Vasconcelos
Presidente do CMDCA de Dona Inês/PB

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, venho requerer a Vossa Senhoria o deferimento de minha candidatura ao cargo de Conselheiro/a Tutelar do município de Dona Inês, na forma do Art. 133 da Lei Federal 8069/1990, da Lei Federal 12.696/2012, da Resolução CONANDA nº 170/2014 e da Lei Municipal 701/2015.

Assinatura do/a requerente



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

DIÁRIO OFICIAL
MUNICIPAL DE DONA INÊS

Criado pela Lei Municipal nº. 22 de 13 de Janeiro de 1978

DOM nº 775, Ano 41, Pg. 09 de 10.04.2019.

Colar
foto 3x4

Anexo 3 - Modelo de Formulário de Inscrição

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA
UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

1. DADOS PESSOAIS									
Nome Completo									
Nome Social									
Sexo: () M () F		Data nascimento:							
Naturalidade						Nacionalidade			
Filiação									
RG				Emissor			Data emissão		
CPF									
Título de Eleitor					Seção			Zona	
2. ENDEREÇO RESIDENCIAL									
Rua/Av									
Bairro					Cidade			UF	
CEP				Telefones					
E-mail									
3. ESCOLARIDADE									
() Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo									
() Especialização () Mestrado () Doutorado									
4. ATIVIDADE PROFISSIONAL									
Exerce alguma atividade profissional? () Sim () Não							Qual?		
5. DOCUMENTOS (entregues no ato da inscrição) *Para ser preenchido pela pessoa que receber os documentos *Observar previsão no edital									
() Cópia do RG									
() Cópia do CPF									
() Cópia do Título de Eleitor									
() Cópia do Comprovante de Residência									
() Cópia do comprovante de escolaridade									
() Documento de comprovação de experiência com crianças e adolescentes de, no mínimo 02 anos.									
() Certidão de quitação eleitoral									
() Certidão negativa criminal federal e estadual									
() Certidão de quitação com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino)									



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

DIÁRIO OFICIAL

MUNICIPAL DE DONA INÊS

Criado pela Lei Municipal nº. 22 de 13 de Janeiro de 1978

DOM nº 775, Ano 41, Pg. 10 de 10.04.2019.

Anexo 4 - Modelo de requerimento de recurso

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO/RECURSO

Eu, _____ CPF número _____, venho
nesta data solicitar revisão
do/a _____

_____ referente ao Edital nº
01/2019 que versa sobre o Processo de Escolha em Data Unificada para Membros Do Conselho Tutelar.

Dona Inês/PB, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato